

UMA BREVE DISCUSSÃO SOBRE ECOLOGIA E ECONOMIA.

Hermam Vargas Silva*

RESUMO: Este trabalho quer discutir sobre o significado de duas palavras, economia e ecologia. Ambas diferentes, mas, de uso tão corrente. Descreve as escolas do pensamento econômico e os pensadores dos significados do ambiente, tentando analisar sob estes prismas a nossa realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Economia – Ecologia – Economia política – Ecologia social.

ABSTRACT: This paper begins to discuss about two words and its meanings: economy and ecology. Two things so different but so current. Describes the economy minding schools, and the thinkers of our environment, trying to write something about our reality.

KEY WORDS: Economy – Ecology – Political economy – Social ecology.

1. Introdução

A idéia deste trabalho surgiu ao compararmos a origem das palavras economia (do grego *economus*) e ecologia (do vocábulo, também grego, *oikos*); a primeira, significando uma arrumação da casa, algo como uma ordem do lugar onde se vive, ou seja, se quer entender a ordem dada e mesmo após entendê-la, poder propor as alterações que se pudesse realizar; de outro modo, mas com o mesmo sentido, a segunda pretende entender as relações, embora se preserve o significado das relações naturais, procurasse também se adequar para entender a terra, o nosso planeta, os animais, os vegetais e os homens, e é através destes significados que estas duas palavras se separaram enormemente.

De significados quase idênticos a práticas díspares, pela história afora foram se separando, até que, recentemente e devido

* O autor é Geólogo, Eng. de Segurança e Professor da Unipar – Universidade Paranaense.

ao desenvolvimento do conceito das externalidades, bens comuns, voltaram a ficar na mesma berlinda.

Assim, propõe-se visitas rápidas a seus significados e aos autores mais comentados, tanto economistas, como ecólogos. Concluindo, em seguida, com possíveis idéias para que os debates possam continuar.

2. Um pouco de Ecologia

Para podermos entender melhor o campo de ação da ecologia, que não é um bloco compacto, como pode parecer a primeira vista, encontramos uma grande nuance, com vários pontos de vista e posições políticas com um diverso grau de autonomia, ou com preocupações específicas.

LAGO e PÁDUA, 1985, classificam a “grosso modo”, pelo menos quatro áreas, que chamam de:

- Ecologia natural;
- Ecologia social;
- Conservacionismo, e;
- Ecologismo.

As duas primeiras têm um caráter mais teórico-científico e as duas posteriores, apresentam uma visão mais prática.

Da primeira, a ecologia natural, é a parte que irá se dedicar ao estudo do funcionamento dos sistemas naturais (florestas, rios, lagos, etc.), e que vai procurar compreender as leis que regem a dinâmica da vida e da natureza.

Desta maneira, sua principal ferramenta é a biologia, não deixando de lado os elementos de várias outras ciências, tais como a química, a física, a geologia, etc.

Surgiu a partir das pesquisas de Haeckel, na segunda metade do Século XIX, desenvolvendo-se muito no Século XX, onde criou conceitos e uma linguagem própria. Com a ampliação do âmbito das pesquisas e do número de pesquisadores, foi se subdividindo em áreas menos abrangentes, tais como, ecologia marinha, ecologia de rios e lagos, de ambientes de transição, etc.

A sua base teórica fundamenta-se no conceito de ecossistema, descortinando ao pensamento ocidental a idéia de que

não existem elementos da natureza isolados uns dos outros, que tendem a se combinar em sistemas complexos e que se estabelecem a partir de uma série de relações físicas e biológicas, e através deles vão adquirindo uma “vida” coletiva própria, se auto-organizando, auto-reproduzindo ao longo do tempo e do espaço, pois cada ambiente é um todo integrado, assim como uma “unidade funcional” de vida, onde existe um conjunto de interações entre as características de animais e vegetais, próprios daquele sítio característico, que é resultado também, de fatores físico-químicos, minerais, climáticos, etc., construindo, como já dito, um sistema de equilíbrios que vão permitir o funcionamento do todo.

As leis que regem o seu funcionamento podem ser resumidas nos seguintes princípios:

Interdependência

Na “unidade funcional”, tudo está relacionado com tudo, de maneira que ao interferir num elemento, estaremos tocando em outro e com isto afetaremos todo o conjunto, como exemplo, podemos observar o organismo humano, que ao ser atingido, danificando um órgão, poderá por em perigo o funcionamento de um outro órgão, comprometendo o organismo como um todo, levando-o a falência.

Um outro exemplo muito citado na literatura, é a complementaridade que existe entre as plantas e os animais, de maneira que as plantas no processo de fotossíntese liberam oxigênio e consomem gás carbônico, sendo que os animais, através da sua respiração, consomem o oxigênio que foi produzido, liberando o gás carbônico.

Ordem Dinâmica

Este equilíbrio interdependente, não é parado, estático, e sim, sempre em movimento, forjado pelo processo evolutivo e sendo continuamente renovado, para prosseguir.

Desta maneira é ao mesmo tempo sólido, porque suas estruturas foram longamente amadurecidas no processo evolutivo e frágil, pois necessitam para sobreviver da permanência de condições que lhes assegurem a manutenção dos seus processos vitais e condições de renovação.

Equilíbrio auto-regulado

Este equilíbrio imanente do ecossistema não se torna apenas auto-organizado, mas também auto-regulável; assim se o conjunto sofre algum dano ou modificação, ele tem a capacidade para se reordenar e se adaptar à nova situação, estabelecendo um novo equilíbrio.

É muito importante constatar que esta capacidade de adaptação não é ilimitada, pois a partir de um certo nível, que varia de ecossistema para ecossistema, o conjunto entra em colapso.

Maior diversidade = maior estabilidade

Desta maneira, quanto maior for a variedade de elementos existentes em um ecossistema, maior será a sua capacidade de se auto-regular, pois maiores serão as possibilidades com que ele contará para que consiga recombina-seus elementos para chegar num novo patamar de equilíbrio.

É o caso do controle altamente custoso da agricultura moderna, uma monocultura, que apresenta um alto custo na sua manutenção (uso de fertilizantes e agrotóxicos em larga escala).

Fluxo constante de matéria-prima e energia

Como o sol é a grande fonte de energia da natureza, pois como um sistema aberto, fornece energia abundante sem demandar nenhuma energia em troca para sobreviver, as plantas utilizam diretamente essa forma de energia para produzir seus alimentos, a partir de substâncias minerais (inorgânicas) simples, do solo.

Estas mesmas plantas são consumidas por animais herbívoros e estes, pelos carnívoros e, assim por diante.

Os corpos de todos esses organismos, quando mortos, são também transformados pelos fungos e bactérias decompositores, sendo então que seus elementos retornam ao solo, onde serão novamente aproveitados pelas plantas, reiniciando um novo ciclo, recebendo o nome de “mecanismo da cadeia alimentar”.

Reciclagem permanente

Todo elemento natural que é liberado no meio é, de alguma maneira reaproveitado pelo ecossistema que o está recebendo. Através destes reaproveitamentos, os materiais que são necessários à vida, (tais como oxigênio, hidrogênio, nitrogênio, etc.) estão sempre circulando em um ciclo fechado, conhecido como ciclo bio-geoquímico.

São estes ciclos os responsáveis pelo constante reaproveitamento dos elementos da natureza pela própria natureza, permitindo a sobrevivência do nosso planeta, que é finito e conta com recursos naturais limitados.

Desta maneira de ver as coisas, o nosso planeta pode ser considerado como um imenso complexo ecológico. Com seus diversos ecossistemas relacionando-se uns com os outros, não existindo isolados, mas em grupos que produzem unidades maiores (que denominamos “biomas”), que são grandes complexos de vida, e como exemplo citamos, as florestas tropicais úmidas, os cerrados, as savanas, os oceanos, e alguns outros mais que formam uma unidade em equilíbrio da vida no planeta (chamada “ecosfera”).

Assim, utilizando as palavras de JEAN DORST, 1973, “o homem será sempre devedor de alguns cloroplastos repletos de clorofila e imersos no seio de uma célula vegetal”.

A segunda, a ecologia social, nasce a partir da constatação de que o homem também faz parte do mundo natural. Esta reflexão pretende abarcar os múltiplos aspectos que descortina esta relação, principalmente pela forma egoísta e unilateral com que a ação humana incide destrutivamente sobre a natureza.

Esta área se aproxima mais do campo das ciências sociais, nascendo das próprias contradições manifestadas pelo homem e engendradas pela sociedade urbano-industrial.

Esta preocupação se torna mais explícita em meados do século passado, embora sem uma percepção clara dos graves problemas ambientais que se esboçavam, pois já havia descrição de doenças ocupacionais em trabalhadores de fábricas e de condições insalubres em bairros operários, sendo necessário que os efeitos da industrialização chegassem até as classes mais favorecidas para que a preocupação se tornasse um objeto de estudo.

Também não podemos deixar de dizer que os economistas da época não se preocuparam com estas questões, LAGO e PÁDUA, (Op. Cit.) nos diz que podemos encontrar raciocínios claros nas obras de economistas, como Thomas Maltus, Karl Marx, John Stuart-Mill, entre outros e de geógrafos como, Friedrich Ratzel, George P. Marsh, etc., mas o que predominava é que os pensadores de então, até os socialistas, tinham uma crença profunda no advento da industrialização, não conseguindo enxergar a limitação da natureza; a

isso se soma o fato da economia industrial mundial ainda não ter atingido um nível de desenvolvimento que pudesse revelar as suas contradições ecológicas. Desta forma, a produção científica com esta entonação, passa a ser elaborada a partir da década de 1960, como consequência do avanço espantoso da industrialização e da degradação ambiental do pós-guerra.

Foi então, a partir do livro de RAQUEL CARSON, em 1962, “Primavera Silenciosa”, que fazendo uma denúncia apaixonada dos estragos causados pelo uso do DDT e de outros agrotóxicos, promoveu a abertura do debate popular, que avançou em diversas áreas (economia, agronomia, sociologia, filosofia, medicina, engenharia, etc.) localizando os inúmeros campos com perspectivas para o entendimento do novo dilema humano. Este processo não ocorreu e não ocorre, de uma forma fria como pode parecer, pois se situou no campo da continuidade da vida na terra e foi esta perplexidade, que obrigou a ecologia social a passar cada vez mais para o debate público, para poder responder o porquê do relacionamento homem-natureza possuir contradições tão marcantes.

A partir deste ponto podemos determinar que a ação humana tem uma especificidade em relação à ação das outras espécies. Todos os seres possuem certas necessidades básicas (alimentação, abrigo, etc.) e para satisfazê-las contam exclusivamente com os recursos encontrados no ambiente: O homem não é exceção, pois o que sempre esteve em jogo nos diversos modos de produção surgidos ao longo da história, foi o “como” produzir e a quem destinar os frutos dessa produção; já a matéria-prima necessária sempre teve uma única resposta: a natureza.

Isso pode nos parecer muito óbvio, mas, as teorias econômicas e a nossa consciência individual estão alienadas neste mundo natural, do qual somos inteiramente dependentes e é deste mundo material que todos os seres retiram as bases materiais de sua existência, dele dependem e sobre ele exercem sua ação transformadora.

A ação da espécie humana é de uma qualidade única e as razões para este fato são muitas:

- O maior poder de raciocínio;
- Maior capacidade técnica;
- E, maior densidade de população concentrada;

Que são fatores que pesam de forma fundamental, mas nenhum desses, quanto o fato do homem atuar sobre o ambiente retirando apenas o necessário para a sua vida, mas também para satisfazer as suas necessidades que são fabricadas socialmente, que nascem da complexidade sócio-econômica e cultural das sociedades em que estão inseridos, portanto, produzindo a ação humana sobre o meio, ao contrário dos animais, que consomem de forma instintiva, homogênea e regular, é socialmente diferenciada e se baseia em motivações altamente complexas; por exemplo, padrões culturais, sistemas políticos, mecanismos de dominação social, os símbolos de status, etc.

O impacto do homem sobre o meio onde vive, vai variar historicamente de acordo com o modo de produção, a estrutura de classes, o aparato tecnológico e o universo cultural de cada sociedade estabelecida ao longo do tempo e que terá sempre que se defrontar com fatores físicos e naturais que estão fora do seu controle imediato; ligados à dinâmica de funcionamento dos ecossistemas, possuem leis próprias estabelecidos ao longo do seu processo de evolução natural. Assim, apesar das necessidades humanas serem socialmente determinadas, a possibilidade de satisfazê-las terá de ser também ecologicamente determinada, ou seja, existem ou não existem recursos naturais em quantidade suficiente.

NEEF (1984), coloca que é necessário o advento de uma espécie de humanismo ecológico capaz de substituir, ou ao menos, de corrigir o antropocentrismo que prevalece. Em outras palavras, terão que haver modificações nas bases culturais, como produto de uma revolução estrutural, capaz de alterar ou substituir alguns caracteres ontológicos dominantes.

Desta maneira, já se observava mesmo nas sociedades pré-capitalistas, como as da antiguidade clássica, que já apresentavam um grau considerável de avanço urbano e comercial, o nível de desenvolvimento produtivo e populacional era ainda, aquém do necessário para ameaçar o equilíbrio do meio natural, por outro lado, com a ruralização da economia na idade média, o impacto destrutivo da ação humana não avançou em demasia, apesar de se ter notícias, por inúmeros documentos medievais, de problemas ambientais, como desflorestamento e a poluição do ar causada pelas fundições e pela queima de carvão.

Mas ao longo da história capitalista, a impressão da existência ilimitada de recursos naturais, só veio a se modificar como consequência do avanço da revolução industrial, nos séculos XVIII e XIX, baseada em uma economia centralizada em espaços urbanos e altamente consumidores de energia e de matérias primas.

Já desde 1985, BOOCKHIN, nos diz que as crises são demasiadas sérias e as possibilidades demasiado perigosas para serem resolvidas mediante os modos habituais de pensamento (pois estes são originários desta crise); há alguns anos atrás os estudantes franceses durante os levantes de maio e junho de 1968, expressaram magnificamente este contraste de opções no seu slogan: 'Sejamos realistas, façamos o impossível. A esta palavra de ordem, a geração do século que virá terá que lhe agregar o seguinte mote. "Se não fazemos o impossível, deveremos afrontar o inconcebível"'.
Revista de História e Geografia

A próxima grande área do pensamento ecológico, o conservacionismo, nasce exatamente da constatação e da percepção da destrutividade ambiental da ação humana; é a luta pela conservação do ambiente natural, ou de partes dele, contra as pressões destrutivas das sociedades humanas.

Esta via do pensamento ecológico é originária dos inúmeros grupos e entidades que hoje formam o amplo movimento de defesa do ambiente natural, cujas raízes históricas começam a surgir no século XIX entre artistas, naturalistas e amantes da natureza que prepararam movimentos para conter a destruição de áreas naturais.

Na década de 40, criou-se a União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus recursos (UICN), com sede em Morges, na Suíça, que tem com objetivo principal incentivar o crescimento da preocupação internacional com o problema ecológico.

No Brasil, em 1934 ocorreu a 1ª Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, no Museu Nacional, que conseguiu após três anos de luta estabelecer o primeiro Parque Nacional Brasileiro, na região de Itatiaia (RJ); no ano de 1958 foi criada a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, e nos anos posteriores, o movimento foi crescendo e tomando corpo, pois foram sendo criados vários grupos com objetivos conservacionistas, sendo importantíssima e altamente meritória a ação destes grupos que, na sua ação, ajudam a contrapor as tendências destrutivas da economia industrial.

E, por fim, o fenômeno do ecologismo, uma nova área do pensamento, que vem se constituindo como um projeto político de transformação social, baseado em princípios ecológicos e no ideal de uma sociedade não opressiva e comunitária.

A idéia central é a de que a resolução da atual crise ecológica não poderá ser concretizada apenas com medidas parciais de conservação ambiental, mas, através de uma ampla mudança na economia, na cultura e na própria maneira de os homens se relacionarem entre si e com a natureza.

São idéias defendidas pelos chamados “Partidos Verdes”, na Alemanha e na França e que começam a ser defendidas aqui no Brasil. Partem da percepção de que a atual crise ecológica não se deve a defeitos setoriais e ocasionais no sistema dominante, mas é consequência de um modo insustentável de vida, do ponto de vista ecológico, colocando que apenas uma mudança radical global nas estruturas econômica, social e cultural pode gerar a solução da atual crise ambiental e social do planeta. em outras palavras, o modelo dominante não é apenas ecologicamente insustentável, mas também socialmente injusto.

O ecologismo (ou ecologia profunda) não é uma doutrina, mas sim uma atitude de vida, é uma busca construtiva de transformar para melhor, a vida dos homens e o seu relacionamento com a natureza (LAGO e PÁDUA, 1985), é um projeto político e filosófico novo, que esta sendo construído aos poucos de forma não rígida, admitindo e estimulando variações no sentido de analisar cada realidade concreta.

3. Um Pouco de Economia

- Na atualidade, DONAIRE, 1995, cita as principais correntes econômicas que tem relação com a questão do meio ambiente, incluindo. os ecodesenvolvimentistas. os pigouvianos;
- Os neoclássicos;
- Os economistas ecológicos.

Os ecodesenvolvimentistas acreditam que a qualidade social é medida pela melhoria do bem estar das populações

despossuídas e a qualidade ecológica, pela solidariedade com as futuras gerações.

Assim é uma corrente que vem exigir uma nova ação em todos os setores e de todos os atores sociais, um reequilíbrio entre os poderes e os papéis que desempenham a sociedade civil local, regional e nacional. Indo à direção do planejamento participativo, pois a poluição é uma consequência do estilo de desenvolvimento econômico adotado, sendo que há a necessidade de estabelecer uma relação harmônica e interativa entre o pensamento econômico e o ambiente, ou seja, procurar um novo estilo cuja adoção, resultaria na obtenção de padrões de consumo, estruturas econômicas e níveis de renda, redefinindo os seus objetivos, considerando os seguintes tópicos (segundo SUNKEL, 1980, in DONAIRE, 1995) :

- Revigorar o crescimento;
- Alterar a qualidade do desenvolvimento;
- Encontrar uma adequação para a necessidade de trabalho, comida, energia, água e saneamento;
- Assegurar um nível de população sustentável;
- Conservar e ampliar a base dos recursos;
- Reorientar a tecnologia e a gestão dos riscos, e;
- Ponderar o retorno econômico e o ambiente na tomada de decisão.

Implicando em uma mudança na estrutura industrial, cujos produtos ou processos tenham consequências poluidoras, devendo restringir suas atividades ou arcar com os altos custos pelos danos causados (princípio do poluidor-pagador), devendo renovar suas estratégias produtivas, investindo em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, tecnologias limpas e economizadoras de energia.

Esta mudança de paradigma industrial, não pode estar dissociado de um ajuste estrutural, que deve ser realizado por aqueles que estão a procura de adotar suas economias às condições de mercado e ao aumento da competição entre as organizações, com políticas industriais para o desenvolvimento sustentável e os diferentes padrões ambientais nacionais, e que são importantes para a renovação da capacidade produtiva.

Nesta renovação as empresas estão lidando com um outro tipo de barreira comercial, ou seja, estas políticas têm criado impedimentos a importação para os produtos provenientes de países

que não observam estas novas regras, ou mesmo, daqueles que não contemplam em seus produtos as exigências de reciclagem, de análise de ciclo de vida de produto, de reutilização de submissão a algum tipo de selo de qualidade, entre outros.

Já os Pigouvianos entendem que “poluição ambiental”, se origina de uma falha do sistema de preços, que não reflete de forma correta os danos causados a terceiros e ao ambiente, quando há uma empresa, ou mesmo, quando ocorre aumento de produção, havendo, pois, a necessidade da criação e introdução de um mecanismo monetário da externalidade que se gerou.

Este pensamento foi gerado a partir da constatação de que, quando se utiliza recursos naturais, poderá haver divergências entre o valor do produto líquido marginal social e o valor do produto líquido marginal privado, por não se incorporar as externalidades que se manifestam a partir de preços de mercado que não incorporam completamente os custos dos agentes econômicos, sendo o caso do deterioração da qualidade ambiental e do esgotamento dos recursos naturais (que são bens públicos). Deste modo, a otimização econômica convencional implica na maximização dos lucros privados e na socialização dos problemas ecológicos e sociais.

Como o ambiente é considerado um bem público, livre de propriedade, não se pode esperar que os empresários venham a internalizar esta externalidade, sendo necessário a criação de uma taxa que viabilize esta apropriação dos efeitos econômicos da poluição; desta maneira, a aplicação de taxas aos poluidores tem a finalidade de reduzir a diferença existente entre o produto marginal social e o privado, induzindo a uma redução na quantidade produzida de bens e a relocação dos investimentos, diminuindo o setor que polui e forçando aos investidores a internalizar no seu custo de produto os danos que provoquem.

Assim, o princípio do poluidor pagador entende que os danos causados no ambiente pela empresa, devem ser ressarcidos, da mesma forma com que ela paga pelos demais recursos (mão-de-obra, capital, etc.), cobrindo a diferença entre os custos privados e sociais, embora a existência destas taxas e impostos não signifique que a poluição será reduzida, pois o tratamento dos efluentes de uma empresa irá se realizar até o ponto em que este custo exceda a taxa de efluentes que está sendo paga.

Para os neoclássicos, MAIMON, 1922, in DONAIRE, (op.cit) , coloca que o conceito integra três aspectos fundamentais :

- a. o ambiente é a fonte de matéria prima utilizada como insumo nos processos de produção. Estes insumos podem ser renováveis e não renováveis;
- b. o ambiente absorve todos os dejetos e efluentes da produção e do consumo de bens e serviços. A absorção pode ser total, parcial ou mesmo nula, dependendo do nível de saturação do ecossistema;
- c. o ambiente desempenha outras funções, como a de suporte à vida animal e vegetal, lazer e estética.

Associando a incorporação das externalidades, que os recursos de propriedade comum apresentam, e mesmo não tendo preço definido no mercado, é proposta a privatização do ambiente, seguindo formas para determinar os direitos de propriedade sobre estes recursos ambientais e a negociação desses direitos em mercados privados, de tal sorte que sua utilização implique em custo, devendo com isso ser incorporado ao custo de produção, desta maneira pode-se sugerir :

⇒ a criação de um mercado de compra e venda de direitos de poluir, permitindo que as empresas que controlam a poluição, ou seja, aquelas que tem um diferencial menor do que a legislação exige, em termos de “quantidade” de poluição, e que com isso possam negociar no mercado, com aquelas empresas que necessitam destas quantidades para sua operação, da mesma maneira, o governo também poderá adquirí-los, se quiser tornar mais rígido o controle da poluição;

⇒ a adoção de mecanismos compensatórios pela manutenção de uma qualidade ambiental adequada, ou de outra maneira, as empresas que controlam a poluição possam, de alguma forma, cobrar os benefícios desse controle.

Os economistas ecológicos procuram valorar os recursos ambientais com base nos fluxos de energia dos ecossistemas (segundo as leis da termodinâmica), seu foco principal é a relação que

se estabelece entre a natureza e o homem e os seus desdobramentos tais como, disponibilidade de recursos, crescimento demográfico, entre outros.

Propõem a definição de um sistema de valoração destes recursos ambientais e a sua incorporação à contabilidade nacional, desde a estética ambiental, à vida humana passando pelos benefícios ecológicos advindo deste processo.

A valoração ambiental pela sociedade depende da qualidade da informação de que dispõem as pessoas, não só da comunidade, mas também das lideranças políticas, que dela fazem uso não se levando em consideração, por exemplo, a verdade de que o que se utiliza hoje, não poderá ser usado amanhã pelas gerações que virão e, sem dúvida, irão necessitar destes recursos.

Assim, qual o custo da energia solar para que o crescimento das florestas aconteça, qual o seu custo energético, seu grau de organização, seu valor?

Neste contexto, faz-se estimativas para o cálculo do valor desconhecido de um ecossistema, assim como para preservar o capital natural de uma determinada região (VITTE, 1999).

Desta mesma maneira, VITTE (op. cit.), considera outra corrente, os eco-marxistas, que se originaram na crítica interna do movimento marxista no que diz respeito à concepção de mundo natural, que considerava apenas a ação transformadora do homem pelo trabalho, sendo portanto, uma ação estática.

Na sociedade capitalista, a natureza é reconhecida como objeto de consumo e meio de produção, assim como, modo de reprodução social e que contém a idéia de propriedade privada; desta maneira propõem um conceito de forças produtivas da natureza (tais como fotossíntese, cadeia trófica, entre outros), para analisar o capitalismo sob a argumentação de que são, a organização social e os valores culturais, os principais fatores responsáveis pela degradação ambiental e não simplesmente a tecnologia e seu uso.

Pois o homem, ao mesmo tempo em que produz o meio é simultaneamente seu produto; ele intervém nos fenômenos e nos ciclos naturais, sendo que o que preocupa é a maneira como ele intervém, fazendo da natureza não transformada uma reserva a ser trabalhada pela cultura.

Assim o fundamental, não é a natureza em si, mas a relação entre o homem e a natureza (VITTE, op. cit.).

Se a natureza faz parte da história humana, ela é sempre natural (a história) e o homem uma força dela, onde o problema está em encontrar o estado da natureza conforme a atual situação histórica da humanidade, onde a coletividade e não o indivíduo se relaciona com a natureza, pois a sociedade pertence à natureza e é produto do mundo natural, por um trabalho de invenção constante, sendo, pois, parte e criação constante desta mesma natureza, onde cidades, estados, sociedades, pensamento e saber, constroem-se todos em torno da natureza, que também gera as divisões entre os homens, como uma necessidade de luta contra o mundo exterior, acabando por separar os indivíduos em classes sociais.

Por fim, propõem uma sociedade para a qual a natureza possa ser um lugar onde todas as potencialidades virão a desabrochar, não sendo uma realidade plácida, uniforme, em perfeito equilíbrio, pois ao contrário é criação da diversidade, a regra é divergência e a evolução se faz sob este conceito (divergência).

4. Algumas considerações

Gostaria de começar a análise final citando um discurso do Sr. Antônio KANDIR, Ministro do Planejamento e Orçamento, no período 1996/98, apresentado em seu livro “O Caminho do Desenvolvimento”, 1998, que nos revela:

Felizmente o país mudou. O regime autoritário e a ideologia oficial que o acompanhava entraram em crise. O regime democrático permitiu à sociedade articular e vocalizar livremente suas demandas. O país abriu-se para o mundo. A preocupação com o meio ambiente alastrou-se, ganhou novos adeptos e maior consistência analítica e prepositiva, livrando-se progressivamente dos traços dogmáticos que carregava no início. Como corolário, por força dessa pressão social difusa, conjugada com mudanças favoráveis nos padrões internacionais de produção e consumo, (o grifo é meu) a variável ambiental passou a ser incorporada à pauta das políticas públicas, de início tímida e lateralmente. A esse respeito, a propósito, cabe lembrar o papel pioneiro do BNDES, que, no início dos anos 80, passou a assimilar a variável ambiental nas suas políticas de crédito.

Com estas palavras pode-se ter a clara certeza de que a variável ambiental se coloca na ordem das discussões, porque nós nos colocamos a disposição do capital internacional, como receptores, e esta de modo claro, que no mundo estamos assistindo a uma mudança de pensamento de caráter liberal e de direção puramente capitalista.

Ainda neste mesmo livro, em outro discurso, (Protocolo Verde, p.167 a 169), Kandir cita que a questão ambiental adquiriu esse status relevante e que isto se deve a dois fatores :

A percepção estratégica clara, por parte do governo de que a preocupação com o ambiente é um fenômeno de larga amplitude no mundo de hoje, que condiciona de modo crescente o comportamento de contingentes cada vez maiores de consumidores e, por esta via o comportamento de governos e organismos multilaterais. Isso significa que países que não consigam incorporar a variável ambiental a suas políticas e a seu processo produtivo terá problemas de acesso a mercados, redução de seu potencial de atração de investimentos e restrições à captação de crédito junto a organismos multilaterais.

Por outro lado, existe uma vinculação histórica estreita e constitutiva que este governo tem com o processo de democratização do Estado e da sociedade brasileira, ou seja, com o processo que fez da questão ambiental propriamente dita e não apenas uma preocupação difusa, restrita a pequenos círculos.

Deste modo, este estado que produz políticas e é executor dos seus planos de desenvolvimento, planos este, em que o capital é peça fundamental, introduz a defesa do ambiente no contexto político (GODOY, 1994), com o objetivo do aproveitamento racional e da melhoria da qualidade de vida, onde coloca a questão como capitalista e mediatizada pelo capital. Assim a natureza é concebida como mercadoria a ser explorada e permite a análise da crise global pelo enfoque da crise ambiental.

Em outro artigo, os economistas GODOT & EHLERT (1997), nos colocam que o Brasil assumindo o ponto de vista fordista de produção, tentando alcançar o desenvolvimento econômico apresentado pelos países do primeiro mundo, nos colocou em uma espiral inflacionaria e em mais crises financeiras e econômicas.

Com o governo Collor de Mello, o país assume um novo paradigma de desenvolvimento (o toyotista), que é depois retomado pelo presidente Fernando Henrique, tendo como fundamento a proposta de reformulação do Estado, de privatização e modernização de setores estratégicos e a flexibilização do trabalho, ou seja, um projeto claramente nos moldes liberais, como pudemos ler através dos pedaços dos discursos do então ministro Kandir.

Por estas palavras e posturas claras, pode se visualizar onde o ambiente ou, melhor dizendo, por onde navegam as propostas dos economistas planejadores deste país e porque não dizer do mundo, que imaginando saber planejar, visualizam um país imaginário, de relações perfeitas e recursos naturais inesgotáveis, apostando, mais uma vez, numa mudança econômica mundial, numa estratégia político/econômica, que produza efeitos de curto, médio e longo prazos para o crescimento da economia do seu país, da sua região, etc.

O que se passa é que todos se esquecem que em conjunto navegamos no mesmo barco, Gaia, nave mãe, de seios pequenos, embora pareçam fartos, devem secar num tempo já pré-estabelecido pela sua capacidade de frutificar a vida.

Desta maneira, estamos na realidade, assistindo a uma profunda mudança no padrão do pensamento e do comportamento humanos, e o que estes senhores do capital ainda não se deram conta, é que por enquanto, só estamos arranhando as cascas desta ferida social e pessoal da transformação e achando que estamos nos desenvolvendo economicamente com sustentabilidade.

Estamos é, sem dúvida nenhuma, passando por uma transformação ímpar na economia, nos valores sociais mundiais e vice-versa e percebendo a profunda mudança que isto está causando nos homens e nas suas relações cotidianas.

É nos modernos paradigmas econômicos das nações e dos novos grupos de pensamento e nas atitudes pessoais diárias, que surgirão as novas idéias hegemônicas para o futuro, onde encontraremos alguns dos caminhos que trilharemos no futuro, que irão significar riqueza, prosperidade e paz para as gerações que virão.

Estes caminhos estão vislumbrados nos livros de HEZEL HENDERSON (*Transcendendo a Economia*, 1991 e *Construindo um mundo onde todos ganhem*, 1996), que procuram

retratar um novo mundo econômico, pretendendo com estas idéias, executar a travessia para a nova economia global, a passagem para uma nova era de informação, onde poderemos conviver melhor com a ciência, tecnologia, economia, meio ambiente e o homem, poderá aproveitar melhor todo o seu potencial.

E, por fim, se apoderando da singeleza e da fortaleza das palavras do geógrafo Milton Santos, do seu livro “Por uma outra globalização, 2000”, que nos reconverte a essa nova idéia, onde a partir dessa “metamorfose, pode-se pensar na produção local de um entendimento progressivo do mundo e do lugar, com a produção indígena de imagens, discursos, filosofias, junto à elaboração do novo *ethos* e de novas ideologias e novas crenças políticas, amparadas na ressurreição da idéia e da prática da solidariedade”.

Por que não sonhar a partir dessa visão sistêmica que se encontram, interpenetram e completam as noções de mundo e de lugar, que permite entender a relação de dependência do mundo, numa cadeia, numa verdadeira teia de vida.

5. Referências

BOOKCHIN, M. El Concepto de Ecología Social. **Revista Comunidad**, n. 47, p.11-14, 1985.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa**. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOY, A. M. G. Economia e Ecologia: Ciências em conflito? **A Economia em Revista**, n. 3, p.69-87, 1994.

_____, A. M. G.; EHLERT, L. G. O Novo Padrão de Desenvolvimento e o Projeto Brasileiro. **Revista UNIMAR**, n. 19, v.1, p.367-389, 1997.

HENDERSON, Hazel. **Transcendendo a Economia**: Cultrix Amana Key, 1991.

_____. **Construindo um mundo onde todos ganhem**: Cultrix/Amana Key, 1996.

JEAN, D. **Antes que a Natureza Morra**, São Paulo: Edgard Blucher, 1973.

KANDIR, A. Discurso na III Reunião do Conselho Empresarial do Desenvolvimento Sustentado. **O Caminho do Desenvolvimento**, Do Brasil Hiperinflacionário ao Brasil Competitivo e Solidário. São Paulo: Atlas, 1998.

LAGO, A.; PÁDUA, J. A. **O que é Ecologia**, 5. ed: Brasiliense, 1995, p.108 (Coleção Primeiros Passos, n. 116).

NEEF, M. M. La Cuestion de los Estilos de Desarrollo. *Revista Comunidad*, n. 45, p.03-07, 1984.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**, Record, 2000.

VITTE, C. C. S. Apostila do Curso “**Aspectos Econômicos do Meio Ambiente**”, p.14, 1999.

Recebido para publicação em 08/03/01

Aceito para publicação em 15/05/01